

falas  
reflexões  
memórias

# Carta

INFORME DE DISTRIBUIÇÃO RESTRITA DO SENADOR DARCY RIBEIRO

Correio dos Estados Unidos

Manifesto da Frente Republicana Presidencialista

Manifesto Republicano de 1870

Lopes Trovão Darcy Ribeiro

Joaquim Nabuco Marco Maciel

Munhoz da Rocha Leonel Brizola

João Mangabeira Orestes Quêrcia

Mangabeira Unger

Francisco Julião

Fábio Konder Comparato

Luciano Martins

Wanderley Guilherme dos Santos

Leôncio Martins Rodrigues

Luís Felipe de Alencastro

Vivaldo Barbosa

Marcelo Barbieri

Tércio Sampaio Ferraz Júnior

Luiz Werneck Vianna

Jornal do Brasil

Tudo que você precisa saber para votar

### **A República Brasileira**

Manifesto Republicano de 1870

Manifesto da Frente Republicana Presidencialista

#### **Textos clássicos do presidencialismo**

Lopes Trovão – Joaquim Nabuco  
Munhoz da Rocha – João Mangabeira

#### **O Plebiscito de 1993**

Leonel Brizola – Marco Maciel  
Orestes Quêrcia – Darcy Ribeiro

#### **Análises Críticas**

Mangabeira Unger – Francisco Julião  
Fábio K. Comparato – Luciano Martins  
Wanderley G. dos Santos – Marcelo Barbieri  
Leôncio M. Rodrigues – Luís F. Alencastro  
Tércio S. Ferraz Jr. – Luiz Werneck Vianna

Tudo que você precisa saber para votar

# Carta

falas reflexões memórias

6

## MANIFESTO DA FRENTE REPUBLICANA PRESIDENCIALISTA

### *Introdução*

O parlamentarismo é uma flor inglesa que se difundiu pela Europa no resto do mundo. Não pegou mesmo foi na grande província neobritânica que é a América do Norte. Ali é que surgiu, alias, como uma invenção política, a República moderna, o Federalismo e o Presidencialismo. Seus princípios básicos também se difundiram como forma nova de governo democrático fiel à representação popular, especialmente atrativa, porque entrega efetivamente todo poder ao eleitorado e porque dá a cada cidadão a confiada esperança de que ele pode vir a ser o presidente

O Parlamentarismo, por sua natureza, é o regime que melhor corresponde a sociedades estáveis, contentes consigo mesmas, cujos governos não são chamados a transfigurar e dinamizar suas sociedades. O que aspiram é tão-só conservá-la tal qual é, fiel à sua vetusta tradição. Mesmo transfiguradas pela modernização tecnológica, como ocorreu no Japão, elas permanecem atadas ao arcaísmo monárquico.



trata com o Judiciário para garantir o estado de direito. Ele é quem encarna a nação na luta pelo cumprimento de seu destino.

### Os Três Poderes

A rejeição do Parlamentarismo como forma de governo não importa em nenhuma diminuição da influência e do prestígio do Parlamento. Ao contrário, situando-o no que lhe é específico e liberando-o das responsabilidades de assumir o poder executivo, lhe dá a condição de melhor desempenhar o alto papel que lhe cabe na vida das nações.

Sob o regime Presidencialista moderno, o Parlamento ganha consistência e especificidade para compor, ao lado do Judiciário, as duas fontes básicas de poder, que governam em contrapeso com o Executivo. Dentro dessa institucionalidade, o Parlamento, o Judiciário e o Governo coexistem e interagem, mantendo-se cada qual no exercício de suas funções mutuamente fecundantes. Neste âmbito, o Parlamento contribui, primordialmente, ao pôr em confronto, pelo debate entre os partidos políticos, o entendimento e a avaliação dos temas e dos problemas relevantes para o povo e para a Nação.

Ainda nesse mesmo âmbito, o Parlamento pode cumprir melhor sua segunda função, a mais específica, que é legislar. Também, no corpo do triplice poder, o Parlamento exerce melhor sua terceira função capital, que é controlar a ação do governo, preservar a ordem constitucional e a legalidade democrática, combatendo os abusos de poder e a corrupção.

O Presidencialismo não quer absorver os outros poderes, respeita a cada qual em sua esfera. Luta dentro do concerto tripartite para formular e pôr em execução um programa de governo que enfrente os problemas que se colocam, buscando tanto as soluções politicamente possíveis, aqui e agora, como as diretrizes de mais longo alcance. O novo Presidencialismo, que se vai configurando no Brasil, é respeitador das prerrogativas do Congresso,

O Presidencialismo é o regime das nações que se concebem, não como resquícios históricos, mas como projetos de si mesmas a serem elaborados concretamente, institucionalizados politicamente e realizados socialmente. Nações como o Brasil, chamadas a um esforço lúcido e persistente de auto-edificação para livrar-se das heranças sociais negativas e colocar em seu lugar a realização da vontade secular de fartura, de beleza e felicidade de seu povo.

O Parlamentarismo e o regime que mais se concilia com o desejo de manter ou restaurar a monarquia. Ainda quando a esteriliza, retirando o poder do Rei para transferi-lo ao Parlamento, o faz para que a realidade sobreviva, mesmo quando já é cruentamente extemporânea. Esta congenialidade essencial faz de todo monarquista um aguçado parlamentarista, e de muitos parlamentaristas, envergados saudistas da realeza.

O Presidencialismo é fidalgamente republicano. Sua meta mais alta é o ideal de um governo do povo, pelo povo e para o povo. Atraídos nessa bandeira estiveram ontem os que lutaram pela abolição da escravidão, pela independência do Brasil, pela República e pelo Federalismo. E hoje a postura daqueles que estão descontentes com o Brasil tal qual é, e lutam para transformá-lo, a fim de fazer desse país a casa de todos os brasileiros, em que cada cidadão tenha seu emprego, cada criança sua escola e cada necessitado o socorro de que carece, e todos vivam em liberdade e dignidade.

Um Parlamentarismo sem Rei é como um país sem capital, em que tudo se confunde. Acaba configurando-se como uma farsa absurda que obriga o Chefe de Estado a posar de Rei, para se dar alguma dignidade, enquanto abre espaço ao verdadeiro governante, que é o Primeiro-Ministro.

O Presidencialismo põe a cidadania diante da figura de um líder por ele escolhido, em eleições livres e competitivas, para governar no decurso de um mandato prescrito, sob o controle do Parlamento e do Judiciário. Ninguém pode se equivocar sobre a responsabilidade e a respeitabilidade de seu governo. É ele que responde por seus atos e pelos atos de cada ministro. É ele que se defronta com o Parlamento, requerendo a aprovação de seu programa de governo e reclamando as leis de que o país necessita. É ele que

Executar fiel de suas determinações e submissão à sua fiscalização. O que lhe falta para exercer-se de forma superior e toda uma nova legislação ordenadora da vida política que o país está a reclamar.

O Parlamentarismo, dividindo o poder em duas entidades dissimilares e conflitantes - o Chefe de Estado, encarnando a tradição como uma espécie de Rei em licença, e o Chefe do Governo, que é um mero agente operativo, azado por servidão perpetua à maioria parlamentar que o apoia - se estranha, de fato, é como o governo dos parlamentares. Isto é, em essência, o Parlamentarismo: a apropriação do poder e do comando pelo Legislativo.

Qualquer análise crítica dessa complexa institucionalidade mostra que ela é tão pouco recomendável para o governo da União como seria a entrega do governo das cidades às suas Câmaras, fazendo do prefeito um mero mandatário dos vereadores, ou entregando o poder nos estados às suas Assembleias Legislativas. Só a ingenuidade mais ríspid permitia supor que assim se pode comparar governos nacionais, estaduais ou locais, menos sujeitos ao clientelismo e à corrupção, e menos tendentes a crises. Muito ao contrário, o Parlamentarismo - governo dos deputados e dos vereadores - é o mais sujeito aos velhos vícios e pragas do poder: a corrupção, o favoritismo, a instabilidade e a inoperância que achacam o Brasil há séculos.

Acresce que só a suprema hipocrisia restringiria o Parlamentarismo à órbita federal, proibindo os estados e os municípios de adotá-lo. Inevitavelmente, uma vez imposto o Parlamentarismo à União, se desencadearia a luta das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores para alcançarem igual direito de mando e desmando.

#### *Propensões e Virtualidades*

Costuma-se associar o Parlamentarismo ou o Presidencialismo a qualidades genéricas que figuram cada um deles como o sumo das bondades ou das maldades, ou como a panaceia que resolveria todos os problemas de

uma Nação. Na verdade das coisas, um regime ou outro pode ser o mais recomendável para cada situação concreta. Quem, temerário, negaria à Inglaterra e ao Japão o bom desempenho de seus parlamentarismos? Quem seria suficientemente ousado para condenar o desempenho do presidencialismo norte-americano? Ambos os regimes foram capazes de conduzir aqueles países através de décadas e séculos, enfrentando as mais graves crises e vencendo terríveis desafios.

Nada mais ilusório do que a afirmação leviana de que o Presidencialismo é autoritário, mas eficiente, e o Parlamentarismo é democrático, mas ineficaz. Parlamentarismo e Presidencialismo, em diferentes contextos históricos, se encarnaram em regimes legais ou arbitrários, competentes ou ineficazes, corruptos ou ímprobos.

Há, entretanto, algumas propensões e virtualidades inerentes a cada um desses regimes. O Parlamentarismo costuma ser vocacionalmente monárquico e intrinsecamente elitista, antipopular, conservador e socialmente irresponsável. O Presidencialismo, por sua vez, é vocacionalmente republicano e propenso ao populismo, à legalidade democrática e à modernidade. Seu objetivo ideal é a desmonopolização do poder político.

É frequente associar o Presidencialismo ao despotismo e ao arbítrio, o que, podendo efetivamente ocorrer, precisa ser denunciado. Em muitas ocasiões, Chefes de Estado tornaram-se tiranos, mas isso não decorre do exercício do seu mandato presidencial, e sim da degradação dele. Quando a República dá lugar à ditadura, já não estamos diante de um Presidente da República, ainda que ele se designe assim. Estamos frente a um usurpador que abocanha o governo para impor o arbítrio, fechando ou avassalando o Parlamento, subjugando e desmoralizando o Judiciário, censurando a Imprensa e a Universidade. Os efeitos dessa degradação, de que temos experiência tão recente e tão carnal, são o espezinhamento da dignidade dos cidadãos, sujeitos à perseguição, à tortura, ao exílio e à morte.

O risco sempre presente de que sobrevenha o arbítrio, como ocorreu conosco e como ocorreu também em sociedades avançadas como a italiana e a alemã, nos obriga a mantermo-nos precavidos e atentos. Não nos

obtidos de que em todos esses casos, aliás, o despotismo veio a partir de instituições parlamentares. Esta proximidade não é obrigatória nem mecânica, como não o é, também, o suposto compromisso liberal do Parlamentarismo.

Só uma cidadania lúcida na defesa dos seus direitos, conduzida por partidos políticos ideológicos, responsáveis e respeitáveis, servida por uma imprensa e uma universidade livres, integrada por um sistema de comunicações defendido contra monopólios e parti-  
a tais riscos. Somente uma sólida institucionalidade democrática, garantida por esta cidadania, dentro de um regime republicano, liderado por um presidente eleito, nos livra das duas ameaças que pesam sobre a democracia: os assaltos dos militaristas, detentores legais da força, para fugir da submissão que devem ao poder civil e da obediência jurada à Constituição; e a subversão dos totalitarismos fanáticos de todas as ordens, sempre predispostos a erodir as bases da representação popular

#### Nossa Herança Parlamentarista

A crônica histórica do Parlamentarismo brasileiro registra como seu traço distintivo a instabilidade. No Império vimos suceder-se, de 1840 a 1889, nada menos que 36 gabinetes, cuja duração média foi de um ano e meio. Na experiência do Parlamentarismo oportunista imposto ao Presidente João Goulart, tivemos três gabinetes em 17 meses. Foi um tempo de tumulto, até que o povo o proscrevesse num plebiscito em que nove milhões contra noventa mil eleitores estabeleceram o regime Presidencialista.

Essa perigosa instabilidade deve ser debitada ao seu funcionamento, através dos votos de confiança e da rápida sucessão de gabinetes, o que enseja qualquer continuidade administrativa. Assim é efetivamente que os modernos parlamentarismos europeus tiveram de voltar ao fortalecimento do Executivo para compensar esta instabilidade e os inconvenientes dos vazios de poder que ela gera.

A instabilidade inerente ao Parlamentarismo traz como seqüela mais grave a incapacidade de pôr em execução programas de longo alcance. Um presidente pode propor, já na campanha eleitoral, um programa de governo - como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e o New Deal de Roosevelt - mobilizando para ele o apoio da cidadania para executá-lo no curso de seu mandato. É muito improvável que qualquer mobilização desse porte e dessa natureza possa ser inspirada e conduzida por um gabinete parlamentarista.

Não é difícil conceber no Brasil um partido político com um programa de mobilização nacional. Difícilino é admitir que ele ganhe os outros partidos, através do debate parlamentar, para uma ação conjunta com a integridade e a continuidade indispensáveis para colocá-lo em prática.

Sendo o Brasil um país-problema, tamanhos são os reptoos com que nos defrontamos, estamos desafiados a eleger governos com programas de ação bem planejados e de longo prazo. Isto obviamente é alcançável muito mais facilmente pelo Presidencialismo. Só por esta via é possível enfrentar, na conjuntura, o desemprego, a inflação galopante, a estagnação econômica, e a fome e a degradação decorrentes.

Também é através de um Presidencialismo, encarnado por lideranças nacionais capazes de mobilizar toda a cidadania, que podemos, no plano estrutural, criar uma nova economia garantidora de uma prosperidade generalizável a todos os brasileiros, reduzindo as diferenças abismais entre as classes sociais, para que o Brasil, afinal, ingresse na Civilização Emergente como um povo livre, próspero, feliz e dono de seu destino.

A principal propensão atribuída ao Parlamentarismo é seu caráter conservador. Isso se comprova, exemplarmente, ao constatar-se que o Parlamentarismo Imperial, que regeu os destinos do país, por mais de meio século, manteve a escravidão num tempo em que o mundo inteiro já a repelia energicamente. Com efeito, foi o Parlamentarismo Imperial brasileiro que, por sua fidelidade canina ao patronato escravista a manteve, fazendo do Brasil o último país a abolir a escravidão.



Mais expressivo ainda desse reacionismo é o fato de que no curso de todas aquelas seis décadas em que a civilização se renovava, movida pelo progresso da ciência e das técnicas, D. Pedro II não criou, por iniciativa própria, nenhuma escola de nível superior. Este fato é tão espantoso quanto o seu descaço pelo ensino fundamental como formador da cidadania moderna.

Na ótica imperial, o povo era a escravidão que não precisava de letras. Sua sensibilidade só se comovia, de fato, para a cidade. Por isso é que suas únicas obras assinaláveis foram as grandes e nobres edificações que levantou para o amparo aos cegos e aos surdos-mudos. Tãoanhão atraso e anacronismo teve, evidentemente, um papel causal no mediocre desempenho do Brasil como Nação dentro da Civilização Industrial.

Outro atributo maior do Parlamentarismo é a irresponsabilidade legal e judiciária do monarca, no sentido de que ele é declarado inepto para se fazer culpado por mais absurda que seja sua conduta. Em consequência, pode fugir de qualquer julgamento. Escapa, também, pela circunstância de que rema mas não governa, ficando assim imputável para o impeachment. Já o Presidente da República, investido nas responsabilidades e nos poderes constitucionais, governa efetivamente, e, em consequência, fica sujeito a erro e ao impedimento.

#### O Desejo Brasileiro

Acabamos de viver no Brasil uma instância agudíssima em que o regime presidencial foi posto à prova da forma mais severa. Um Presidente eleito pela maioria do eleitorado, uma figura jovem, dinâmica, acusado verossimilmente pela imprensa de abuso do poder, de improbidade administrativa e de impropriedade com práticas de corrupção, foi julgado e destituído. O vice-presidente, eleito com o titular, assumiu tranquilamente a presidência para complementar o mandato, compôs com independência a seu ministério e entrou em exercício com plenos poderes.

O assinalável é que isso ocorreu dentro da institucionalidade, sem qualquer perturbação da ordem e com a mais viva participação da cidadania, que foi às ruas e praças em grandes manifestações de massa, contra a corrupção e a impunidade. O mais belo é que essas manifestações tiveram à frente uma juventude recuperada para si mesma e para a pátria, exigindo dignidade dos mandatários e o mais cru enfrentamento e punição de todas as formas de corrupção.

Esse episódio histórico exemplar, mais que qualquer especulação doutrinária, ditou duas lições indeleveis para a memória nacional. Primeiro, o reconhecimento da maturidade alcançada pelo Brasil como Nação moderna servida por uma institucionalidade constitucional plenamente capaz de impor o Estado de Direito. A segunda lição é de que o nosso Presidencialismo, dentro do sistema tripartite em que ele se exerce no Brasil, é plenamente responsável diante do Parlamento, diante do Judiciário, e sobretudo perante a cidadania.

Conta o Brasil, paradoxalmente, com algumas facilidades e recursos que poderiam ajudar na implantação de um regime parlamentar. Primeiro que tudo, a suntuosidade e o conforto dos edifícios da Câmara e do Senado, dos mais belos e mais amplos que um Parlamento dispõe em todo o mundo. Além da amplitude das edificações, da qualidade de seus equipamentos e de sua esplêndida decoração, contamos com um corpo de competentes servidores, mais numeroso do que qualquer outro, também medido em escala mundial.

Só é de se perguntar se um Parlamento que se deu tantas regalias ou que graciosamente as recebeu da ditadura militar, quando estava impedido de legislar, legitimamente se recomenda para assumir os poderes executivos no governo do Brasil. O certo é que, também nós, parlamentares, estamos desafiados a superar deficiências notórias para o melhor desempenho de nossas funções específicas. É igualmente certo que nada nos autoriza a atitude de arrogância e de elitismo, que pretendam tirar do povo brasileiro a suprema conquista de compor seus governos pelo voto direto e secreto.

Há inegavelmente um pendor clientelista que caracteriza, às vezes, o parlamentar brasileiro, o que de resto é compreensível, num país em que o



exercício da carreira política parlamentar é entendido menos como função legislativa do que como forma de acesso aos órgãos de governo. Um parlamentar brasileiro precisa de um grande esforço para resistir ao clamor do eleitorado que, em sua pobreza, espera dele, principalmente, favores e benefícios.

A militância da vida política brasileira não é feita nos partidos, mas num conglomerado de interesses cristalizados em corpos eleitorais clientelísticos. Nos cinco mil municípios brasileiros, o ativismo político é vivido, principalmente, pelo corpo de vereadores e seus suplentes que, somados aos respectivos cabos eleitorais, ultrapassam 300.000 ativistas. Uma vasta clientela, mais sedenta de favorecimentos do que de reivindicações políticas e ideológicas.

É certo, porém, que a cidadania brasileira, que forma já um eleitorado próximo de 100 milhões, concentrado principalmente nas metrópoles, vem alcançando um nível cada vez mais alto de politização, o que já possibilita uma nova estruturação partidária e um novo regime eleitoral. A cristalização desse objetivo, que jamais se alcançaria mediante a adoção abrupta do Parlamentarismo, poderá ser realizada, entretanto, através de um Presidencialismo comprometido com os princípios republicanos e a defesa dos interesses populares, que patrocine a reforma já inadivél das leis que regulam a organização partidária, o sistema eleitoral, a forma das eleições, a justiça eleitoral e o custeio das eleições, no sentido de democratizá-las.

As questões e os desafios políticos básicos que se colocam hoje ao Brasil não são a opção entre a Monarquia e a República, e entre o Parlamentarismo e o Presidencialismo. São, isto sim, a defesa da União contra as ameaças que podem alçar-se contra ela, em razão dos desníveis regionais e das tensões provocadas pelo surgimento de uma nova ordem internacional, em que tudo é posto em causa, inclusive a soberania das Nações. São, por igual, ainda no plano político, a regulação de uma mais fecunda coexistência federativa e a definição de critérios mais justos de representação proporcional que levem em conta tanto a população quanto a dimensão espacial da Nação, cujo desenvolvimento está a cargo de cada

estado, e, no plano social, a implantação de uma economia de pleno emprego, revestida do mais alto sentido de responsabilidade social.

O duplo plebiscito, em que tantos milhões de brasileiros estão chamados a pronunciar-se pela Monarquia ou República, e pelo Presidencialismo ou Parlamentarismo, só se explica por um ato de irresponsabilidade parlamentar. Os adeptos do Parlamentarismo, vencidos nos debates constitucionais de 1988, em que ficou consagrado o Presidencialismo, como matéria vencida, criaram um ridículo engodo de indagar do povo se queria um Rei - precisamente no ato em que se comemorava o centenário da República - tão-só para insistir em seu fanatismo parlamentarista.

Na hipótese absurda de que sua proposição viesse a ser aprovada, ela instituiria um novo engodo, o de chamar o povo em cada eleição a votar numa espécie de Rainha da Inglaterra, que é um Chefe de Estado que não governa, deixando o verdadeiro governante, que é o Primeiro-Ministro, à livre escolha dos senhores deputados e senadores.

A minha opção de homem de esquerda pelo  
presidencialismo

*Diário de Pernambuco*, 29/1/93

Francisco Jilkin é advogado e escritor, ex-diretor do  
IUPERJ. Fundador e líder das Ligas Camponesas.

## REFLEXÕES

### Quatro Erros para um só Plebiscito

Fábio Konder Comparato

Costuma-se dizer que, em política, os erros são mais funestos que os crimes, pois estes ainda podem ser julgados e os seus autores punidos. Enquanto que os erros são imortais e, quando coletivos, não impõem a responsabilidade de ninguém. Preservando-nos para cometer, no plebiscito de 21 de abril próximo, quatro erros políticos colossais.

O primeiro deles e pai de todos os outros é chamar o povo a se pronunciar sobre um assunto técnico, que não diz respeito a seus direitos fundamentais e à sua vida cotidiana. De onde a tendência natural dos votantes a se abster, ou acompanhar mecanicamente a ideia da moda.

O segundo erro fundamental é apresentar ao povo a questão da forma de governo, em sua formulação clássica, como sendo a solução política decisiva para os nossos males.

ou a cada legislatura (quatro anos). Mas, absurdo, ainda e ensaiar mudanças e novidades em prazo mais curto, causando as pressões da conjuntura.

É impressionante como, até hoje, a inteira classe política e a quiescente classe dos nossos politólogos, não tenham percebido que as formas clássicas de governo - monarquia, aristocracia, República parlamentar - são inadequadas ao desempenho da grande tarefa do Estado contemporâneo: o desenvolvimento socioeconômico pelo método de políticas públicas de longo prazo.

O fato e ainda mais aberrante quando se pensa que a própria ideia entre nós como mais "moderna" e a do sistema parlamentar, em que, por definição, não há prazos fixos de mandato governamental. Afirmamos de ter uma pequena amostra do que representa, em termos de descontinuidade, política-administrativa (independente de qualquer juro de valor), a mudança de administração do ex-presidente da República pelo seu vice. É este foi um fato marcante, embora não seja o único, dos governos que não conseguiram essa continuidade de funcionamento.

É portanto um grave erro pensar que o plebiscito de 21 de abril trará alguma solução política para o nosso problema fundamental que é o subdesenvolvimento. Já o terceiro, grande equívoco da chamada plebiscitária, consiste em recomendar o fato de que o regime da representação popular - sobre o qual tudo se

que a política muda constantemente para o período de cada organização política e econômica, com final único de se pensar em termos políticos e formais de governo e não em termos de desenvolvimento socioeconômico, que se deseja produzir em determinada sociedade.

O Estado do constitucionalismo clássico, baseado no século 18 - século em que foram criados tanto o parlamentarismo quanto o presidencialismo - tinha um só objetivo: garantir as liberdades individuais, por isso de respeito à lei e à ordem. O Estado contemporâneo, baseado após a Segunda Guerra Mundial, tem como objetivo mais vasto: assegurar a prosperidade social no sentido da prosperidade geral e da qualidade básica de condições de vida.

Em países como o nosso, esse outro plano de desenvolvimento socioeconômico tem um nome: o desenvolvimento econômico. Tanto o regime político quanto a forma de governo devem se adaptar em função do seu grau de adequação ao desenvolvimento socioeconômico de longo prazo. Não há política pública independente de qualquer plano de desenvolvimento socioeconômico de longo prazo. A política pública deve ser uma função da estratégia de desenvolvimento socioeconômico de longo prazo. A política pública deve ser uma função da estratégia de desenvolvimento socioeconômico de longo prazo.

Um exemplo que a realização de todas as coisas políticas e econômicas exige a ação conjunta e coerente do Estado. Não há desenvolvimento socioeconômico sem a ação conjunta e coerente do Estado. Não há desenvolvimento socioeconômico sem a ação conjunta e coerente do Estado.

acertar em 21 de abril - condicionar o funcionamento de qualquer sistema de governo.

Os parlamentaristas sabem que a adoção do governo de gabinete, seja um desastre, se não criarmos previamente pela reforma eleitoral e partidária, as condições necessárias para a formação de majorias coerentes e representativas no Congresso Nacional.

O que se sabe menos, ou se pretende ignorar, é que o sistema presidencial americano é também normalmente um regime de clara separação de poderes. Não é preciso dizer que sempre em mira - como sucede nos Estados Unidos - os limites concretos de sua atuação política conforme a configuração majoritária do Congresso, sem precisar empregar-se em negociações individuais, indefinidas ou composições reprováveis com os parlamentares.

Finalmente, como muitos já o assinalaram, a alternativa a ser proposta sobre a forma de governo é falsa. Há várias espécies de parlamentarismos e

presidencialismos, além de sistemas mistos. Há vários modos de escolher entre todos ou algumas delas apenas.

Sergio Buarque de Holanda bem lembra que "um autor proeminente pelos termos fixos e pelas regras genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do ângulo de nossos desejos, e das aperturas mais constantes e significativas do caráter brasileiro".

É triste pensar que essa nossa tradição melancólica pelas formulas simplificadoras tenha por impedir a única grande reforma política de que necessita este país: restaurar o Estado para conduzir o desenvolvimento nacional.

Folha de São Paulo, 21/1/92

Filho Kunder é advogado, doutor pela Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Para viver a Democracia e fundar e dirigir a Faculdade de Direito.



## REFLEXÕES

### A Aventura Parlamentarista

Luciano Martins

Nesse debate sobre presidencialismo X parlamentarismo, que mal se inicia e já parece provocar justificável tédio, é preciso distinguir com clareza três questões: a) a de qual é, em tese, a melhor forma de governo; b) a de como se coloca essa opção face às condições concretamente existentes neste ou naquele país; c) a de que há subjacente a essa súbita erupção da ideia parlamentarista no Brasil.

Não há solução para a primeira questão. Tanto o presidencialismo quanto o parlamentarismo se equivalem, nas suas vantagens e nas suas desvantagens. Em tese, o presidencialismo assegura a (importante) separação institucional dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), dispõe de mecanismos para administrar os conflitos entre eles (o sistema de "checks and balances") e conta com instrumentos (as CPIs, o *impeachment*) para cercar a tendência à autonomização e à irresponsabilidade política do presidente.

com o registro definitivo, quatro anos com registro provisório e sete aspirantes ao registro. A permissividade da atual legislação derriba qualquer possibilidade de disciplina partidária: quando em conflito de interesses ou de opinião com o seu partido, um deputado pode sempre mudar-se para outro, ou fundar um novo. É por isso que normalmente as direções partidárias "fecham a

Não há de outro lado, nenhuma relação pessoal - e isso até o deputado José Serra, ambientalista convicto.

algis recesso não mejas governo - entre  
sempre deves das formas de governo e  
governar, estabilidade, desenvolvimento,  
monarquia, eficiência, democracia, o  
poder Perpetuante e presidencialismo  
são os temas da discussão. Mas, para  
focarmos mais a fundo o debate, vamos  
qualificar os debates em dois pontos: as  
razões por menor aderência aos consensos  
por um lado e o histórico dos consensos  
por outro. Para o âmbito do debate de  
segunda ordem, a questão de como se  
governa, os pontos de concentração são  
os Brasil, os Estados Unidos e a Alemanha  
profissional, em contrar o bacharelismo ben-

E quando ambos entram em crise para formar semipresidenciais, o caso da 4ª República na França, as coisas que se discutem hoje na 5ª se de passagem, é a adoção do sistema. Mas o importante é o

para formas semipresidenciais, o caso da 4ª República na França. — se de passagem, é a adoção do presidencialismo. Mas o importante é o

político, porque o debate mal se iniciou. Tudo indica que a última eleição presidencial tem muito a ver com isso. De um lado, porque muitos políticos - e concidentemente são os melhores quadros da política brasileira - perceberam que não restavam suas chances de chegarem ao poder presidencial através do voto majoritário; de outro, porque a avetura de Collor e sua quadrilha, mas principalmente assistiu toda quadrilha. Mas para criar novas aventuras pessoais desse tipo valerá correr o risco de embarcarmos numa aventura institucional? Em outras palavras, vale a pena correr esse risco de perder sem.

Esses são algumas das razões que me levam a crer que a adoção do parlamentarismo é uma falsa questão. A verdadeira questão é outra: é a de como, no interesse da democracia, melhorar a representação política, através das reformas eleitorais e partidária - e para tanto não é necessário mudar a forma de governo.

Publicado na Folha de São Paulo de 3.1.93

Luciano Martins, sociólogo, professor titular de Ciência Política na Unicamp e ex-professor nas Universidades de Paris (França) e Columbia (EUA).

## Cartilha Antioligarquia

Em países de Primeiro Mundo, políticos e analistas de tendência republicana reconhecem que sistemas eleitorais majoritários (denominados por aqui de "distritais") violam o ideal de proporcionalidade entre a distribuição das preferências dos eleitorados e a distribuição de poder parlamentar, que asfixiam minorias políticas, ainda que ideologicamente expressivas ou numericamente significativas, e que favorecem a oligarquização do sistema partidário por um pequeno grupo. Em contrapartida, os sistemas proporcionais, embora sustentem ser este o preso cobrado pela garantia de estabilidade política, o que compensaria as deficiências assinaladas. Pica o tema da estabilidade política para o nosso caso, pois a estabilidade política para o nosso caso não se encontra em foco agora e não é o mesmo.

No Brasil, tenta-se às escondidas da opinião pública, e sem previsão de referendum, introduzir tal sistema oligárquico (com apoio de tolos petistas que não se dão conta de que a reforma é contra o PT), acobertando-se o estupro institucional por persistente difusão de



